

# PAUTA – REUNIÃO CONJUNTA – 07/10/2025

Total de proposições: 17

■ Nome	Aa Sigla	→ Presidente	→ Membros da Comissão
Comissão de Ética Parlamentar	CEP	Carlinhos da Cecaca	Sílvio Nascimento Jorge Quintino Gil Bobinho Raminho Xavier
Comissão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos	COUSP	Edmilson do Salgado	Fagner dos Animais Cabo Cardoso
Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais	CPDDA	Fagner dos Animais	Carlinhos da Cecaca Aline Nascimento
Comissão de Legislação e Redação de Leis	CLRL	Hugo Leonardo Chaves	Cabo Cardoso Aline Nascimento
Comissão de Finanças e Orçamento	□ СFО	Lula Tôrres e Paulinho	João Neto Carlinhos da Cecaca
Comissão de Saúde e Assistência Social	CSAS	Lula Tôrres e Paulinho	João Neto Hugo Leonardo Chaves



### ▼ CLRL, CSAS, CFO 1

≓ Autoria	Aa Descrição	≡ Ementa	☐ Informações Complementares 1
Poder Executivo	Projeto de Lei Complementar nº 202/2025	Altera a Lei Complementar nº 117, de 08 de novembro de 2023, e dá outras providências.	Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 202/2025, apresentado pelo Prefeito de Caruaru, Rodrigo Anselmo Pinheiro dos Santos. A proposta busca alterar a Lei Complementar nº 117, de 08 de novembro de 2023, ampliando o número de cargos públicos na área da saúde, especificamente para Médico Clínico Geral Plantonista e Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista. O projeto é composto por um único artigo principal dividido em incisos que atualizam a quantidade dos cargos para 20 vagas de clínicos gerais e 6 vagas de ginecologistas/obstetras, mantendo as atribuições, requisitos, carga horária e remuneração estabelecidos na legislação vigente. Anexos ao projeto incluem a justificativa, estudo de impacto orçamentário-financeiro e memórias de cálculo, totalizando uma proposta estruturada para análise, aprovação e implementação.  O objeto do projeto é a criação e expansão de vagas efetivas por concurso público na Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, com o objetivo geral de reforçar o quadro de profissionais médicos para melhorar a cobertura e qualidade do atendimento à população, especialmente na atenção às urgências e cuidados à saúde da mulher. A justificativa destaca o aumento da demanda por serviços devido ao crescimento populacional e à ampliação do acesso dos munícipes à rede pública de saúde. A proposta visa garantir eficiência e continuidade no atendimento, alinhando-se aos princípios da administração pública e à legislação fiscal. A despesa prevista, integralmente coberta por dotações orçamentárias existentes, é de aproximadamente R\$ 3,67 milhões e está compatível com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, assegurando o equilíbrio financeiro do município.



### ▼ CLRL, CPDDA, COUSP 1

Autoria	<b>A</b> α Descrição	≡ Ementa
Anderson Correia	Projeto de Lei nº 10.153/2025	Altera a Lei Municipal nº 6.750, de 13 de setembro de 2021, e dá outras providências. (campanhas de conscientização em transporte público para a proteção e o bem-estar animal, bem como contra a crueldade e os maus-tratos a animais).
▼ CIRL COUSP 1		

	Aa Descrição		
Anderson Correia	Projeto de Lei nº 10.153/2025	Altera a Lei Municipal nº 6.750, de 13 de setembro de 2021, e dá outras providências. (campanhas de conscientização em transporte público para a proteção e o bem-estar animal, bem como contra a crueldade e os maus-tratos a animais).	
▼ CLRL, COUSP 1			
i≣ Autoria	Aa Descrição	≡ Ementa	☐ Informações Complementares 1
Poder Executivo	Projeto de Lei nº 10.253/2025	Altera a Lei Municipal nº 5.120, de 21 de junho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.356, de 16 de abril de 2025 e dá outras providências.	Trata-se de Projeto apresentado pelo Poder Executivo, sob o número 10.253/2025, que dispõe sobre alterações à Lei Municipal nº 5.120, de 21 de junho de 2011, já modificada pela Lei Municipal nº 7.356, de 16 de abril de 2025. O projeto é composto por um único artigo principal, acrescido de dois parágrafos ao artigo 25-A da legislação municipal vigente. O assunto geral refere-se à regulamentação da atividade dos mototaxistas no município de Caruaru, Pernambuco, com foco em possibilitar a regularização de permissionários que tiveram seus cadastros cancelados por não realizarem vistorias anuais em dois anos consecutivos.
			A justificativa do projeto enfatiza a necessidade de atualização da legislação para garantir a mobilidade urbana e a segurança dos usuários do serviço de mototáxi, oferecendo uma oportunidade para que os permissionários possam requerer a reativação de suas autorizações até 31 de dezembro de 2025, desde que atendam aos requisitos legais e quitem débitos pendentes. O objetivo geral é incentivar a organização e regularização da categoria, sem impacto financeiro para a administração pública, conforme declaração do ordenador de despesas. A estrutura do projeto inclui a revogação do parágrafo único do artigo 25-A e a introdução dos parágrafos 1º e 2º, que detalham os critérios para reativação das autorizações. O conteúdo do projeto objetiva, portanto, corrigir falhas na execução da fiscalização e regularização dos permissionários, alinhando-se à justificativa de promover segurança, organização e eficiência no serviço público de mototáxi em Caruaru.



▼ CLRL 2 … +

:≣ Autoria	Aα Descrição	<u></u> Ementa	☐ Informações Complementares 1
Poder Executivo	Projeto de Lei Complementar nº 200/2025	Altera a Lei Complementar nº 123, de 24 de novembro de 2023 e dá outras providências.	Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 200/2025, apresentado pelo Poder Executivo do município de Caruaru, por meio do Prefeito Rodrigo Anselmo Pinheiro dos Santos. O projeto altera a Lei Complementar nº 123, de 24 de novembro de 2023, e é composto por um único artigo que redefine os requisitos para o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, com quatro vagas disponíveis, carga horária de 40 horas semanais e vencimentos fixados em R\$ 3.000,00. O conteúdo do projeto está estruturado na justificativa, texto legal e anexos técnicos, englobando documentos que reforçam os aspectos legais e técnicos da proposta, sem impacto orçamentário continuado. O principal objetivo é adequar a legislação municipal às exigências federais previstas na Lei nº 7.410/1985, que dispõe sobre o registro obrigatório junto ao Ministério do Trabalho para o exercício do cargo. O objeto do projeto é a adequação dos requisitos do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, que passa a exigir ensino médio completo com habilitação técnica específica e registro profissional, conforme as normas federais e estaduais vigentes. Esta alteração é justificada pela necessidade de garantir a legalidade e a regularidade do provimento e exercício do cargo público, promovendo um serviço público qualificado e alinhado às normas de segurança laboral. O projeto visa, ainda, promover condições adequadas de trabalho nas unidades municipais, com o Técnico atuando na inspeção, prevenção de acidentes, orientações técnicas e campanhas de saúde ocupacional, reforçando o compromisso da administração municipal com a eficiência, profissionalismo e respeito à legislação vigente.



Poder Executivo

Projeto de Lei
Complementar nº
201/2025

Altera a Lei Complementar nº 137, de 16 de maio de 2024, alterada pela Lei Complementar nº 144, de 16 de maio de 2024 e dá outras providências.

Trata-se de projeto apresentado pelo Prefeito de Caruaru, Rodrigo Anselmo Pinheiro dos Santos, identificado como Projeto de Lei Complementar nº 201/2025, que contém um total de três artigos à proposta de alteração da Lei Complementar nº 137/2024, já modificada pela Lei Complementar nº 144/2024. O conteúdo do projeto está fundamentado no Ofício 11.960/2025, encaminhado pelo Gabinete do Prefeito à Câmara Municipal de Caruaru, cuja justificativa destaca a necessidade de ajustar a legislação municipal vigente à realidade atual, promovendo maior clareza, objetividade e eficiência na administração pública municipal. O projeto busca adequar o regime jurídico dos servidores em estágio probatório, detalhando direitos, licenças permitidas e critérios para avaliação e estabilidade, com vistas a garantir segurança jurídica e efetividade na gestão do serviço público.

O projeto está estruturado em dispositivos que alteram o artigo 3º da Lei Complementar nº 137/2024, incluindo a regulamentação das licenças e afastamentos concedidos aos servidores em estágio probatório, a suspensão do período probatório em determinados casos, critérios sobre a concessão e comprovação de licenças e a vedação da dispensa do estágio ou aproveitamento de avaliações anteriores. O objeto deste projeto é a atualização da legislação municipal referente ao estágio probatório dos servidores públicos, conforme a justificativa que ressalta a importância de adaptar a norma às exigências legais e à realidade funcional da administração pública. Dessa forma, o conteúdo visa garantir o bom desempenho dos servidores durante o estágio probatório e uma melhor gestão dos recursos humanos públicos, promovendo segurança e conformidade jurídica na carreira pública municipal.



### ▼ CLRL 3

	Aa Descrição	<b>≡</b> Ementa
Lula Tôrres e Paulinho	Projeto de Lei nº 10.154/2025	Dispõe sobre a capacitação e qualificação profissional dos profissionais de apoio escolar para atendimento às necessidades educacionais específicas no âmbito da educação básica, no município de Caruaru, e dá outras providências.
Silvio Nascimento	Projeto de Lei nº 10.127/2025	Dispõe sobre o cadastramento e a capacitação dos Guardadores de veículos "flanelinhas" no Município de Caruaru e dá outras providências.
Anderson Correia	Projeto de Lei Complementar n° 196/2025	Altera a Lei Complementar nº 015, de 5 de janeiro de 2009, modificando a redação do §4º, do Artigo 296, para que agremiações desportivas licenciadas e filiada à federação esportiva do Estado, requeira a isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano uma única vez.



# ▼ CLRL, CEP 3

∷ Autoria	Aα Descrição	→ Honraria	☐ Informações Complementares 1	Q Área
Anderson Correia  Júnior Letal	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.238/2025	Título Cidadão de Caruaru	Aristeu de Oliveira Plácido Júnior	Independente
Bruno Lambreta	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.200/2025	Título Cidadão de Caruaru	Carlos Eduardo Braga Farias	Independente
Bruno Lambreta	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.253/2025	Medalha Desembargador Amaro de Lira e César	Doutor Breno Duarte Ribeiro de Oliveira	Jurídica - j)



# Favoráveis com Emenda

# ▼ CLRL, CEP 2

<b>∷</b> Autoria	Aa Descrição	→ Honraria	■ Informações Compleme	Q Área
Edílson do	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.157/2025	Medalha Bonavith Nogueira de Carvalho	Equipe TREINAMENTO ESPECIAL PRIVADO - TESP	Serviço Público - p)
Ricardo Li	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.246/2025	Título Cidadão de Caruaru	Luiz Carlos Barbosa de Sá	Independente

# Desfavoráveis

## ▼ CLRL 2

<b>∷</b> Autoria	Aa Descrição	→ Honraria	☐ Informações Co	<b>≡</b> Pedências	☐ Informações Co	Q Área
Júnior Letal	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.247/2025	Título Cidadão de Caruaru	Senhor Dr. Ildefonso Rodrigues dos Santos	Já recebeu Título de Cidadão - DL 763/2015		Independente
Lula Tôrres e Pau	Projeto de Decreto Legislativo nº 2.250/2025	Medalha Professora Sinhazinha	Colégio Sagrado Coração, representado pela Diretora Geral, Irmã Maria José de Vasconcelos	Já recebeu a medalha Professora Sinhazinha - DL 1165/2019		Educacional - c)



# **LOGRADOUROS**

# Favorável com Emenda

# ▼ CLRL, CEP 1 := Autoria Aa Descrição = Informações Complementares 1 Cabo Cardoso Projeto de Lei nº 10.255/2025 Rua Rio Bahia

# Desfavorável

▼ CLRL 1

# El Autoria Au Descrição Projeto de Lei nº 10.270/2025 AVENIDA GERALDO FREIRE DA SILVA Motivos desfavoráveis: duplicidade de nomes de logradouros, pois já existe a Avenida João Carlos de Lira Lins na Lei nº 6.720/2021, conflito com o artigo 1º do Decreto-lei nº 4.771/1942 que proíbe nomes iguais na mesma cidade, risco de confusão e insegurança jurídica na emissão de documentos oficiais, e existência de logradouro com nome semelhante já registrado no CEP 55031-398/55023-075 dos Correios.